

NOTAS BIOGRÁFICAS E ABSTRACTS

15 DE SETEMBRO DE 2021

KEYNOTE SPEECH

João Gomes Cravinho, Ministro da Defesa Nacional

Nota biográfica

João Titterington Gomes Cravinho nasceu em Lisboa em junho de 1964.

Doutorado em Ciência Política, pela Universidade de Oxford, e com Mestrado e Licenciatura pela London School of Economics, foi Embaixador da União Europeia no Brasil, desde agosto de 2015, tendo desempenhado o mesmo cargo na Índia entre 2011 e 2015. Entre março de 2005 e junho de 2011, foi Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, nos XVII e XVIII Governos Constitucionais.

Anteriormente, exerceu atividade de docência enquanto Professor de Relações Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, e Professor Convidado no ISCTE e na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Desempenhou funções de Consultor do Instituto de Defesa Nacional, da Fundação Calouste Gulbenkian, da Comissão Europeia e do Banco Mundial. Entre 2001 e 2002 presidiu ao Instituto da Cooperação Portuguesa. Concluiu o curso Leadership for Senior Executives na Harvard Business School em abril de 2018. Foi relator para o Sector Judicial, Missão do Banco Mundial em Timor-Leste (Joint Assessment Mission for East Timor), 1999. No mesmo ano, foi coordenador e membro de uma missão de observadores internacionais à consulta popular em Timor-Leste. Autor do livro «Visões do Mundo» (2002), publicou numerosos artigos em revistas académicas especializadas e em jornais sobre temas relacionados com política de defesa, cooperação e relações internacionais.

Foi Ministro da Defesa Nacional do XXI Governo Constitucional, desde outubro de 2018.

MODERAÇÃO: Maria Carrilho, *Movimento Europeu*

Nota Biográfica

Licenciada em Sociologia pela Universidade de Roma, frequentou a École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris), tendo iniciado a vida profissional em Itália como jornalista. Investigadora e doutorada em Sociologia pelo ISCTE, onde prestou provas de agregação na área de Sociologia Política.

Enquanto professora catedrática no ISCTE leccionou matérias relacionadas com questões políticas e de segurança e coordenou o curso de Mestrado em Sociedades e Políticas Europeias. Tem desenvolvido actividade académica internacional, nomeadamente em universidades europeias e americanas, participado em numerosos congressos, júris e projectos de investigação.

Deputada à Assembleia da República e deputada ao Parlamento Europeu. Tem desempenhado cargos directivos e executivos em várias associações e organizações não governamentais. Autora de vários livros e muitas dezenas de artigos, co-autora e autora de capítulos em obras colectivas publicadas em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente sobre temas de defesa, transição política e opinião pública.

EUROPA

UE-UK: o relacionamento pós-Brexit

António Goucha Soares, ISEG

Nota Biográfica

Antonio Goucha Soares earned his PhD degree in Law at the EUI, Florence, after graduating from the Lisbon Law School and the College of Europe, Bruges.

He is Full Professor at ISEG – School of Economics & Management, University of Lisbon – and Jean Monnet Chair of European Law. He was Visiting Professor at Brown University.

'Brexit. A Saída do Reino da União Europeia' (Actual, 2021) is his last book. He is the author of other books, including 'A Livre Circulação de Pessoas na Europa Comunitária' (Fragmentos, 1990), 'Repartição de Competências no Direito Comunitário' (Cosmos, 1996), 'A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia' (Coimbra Editora, 2002), 'A União Europeia' (Almedina, 2006), 'Direito & Política da União Europeia' (Appris, 2013) and 'Euro: e se a Alemanha sair primeiro?' (Temas e Debates, 2016).

He has also published several scholarly articles on European law & politics in refereed journals such as European Law Review, Liverpool Law Review, European Public Law, Perspectives on European Politics and Society, European Competition Law Review, Econômica, World Competition, European Societies, Juridical Tribune, Revista Brasileira de Política Internacional and Beijing Law Review.

Abstract

Após a saída do Reino Unido da UE, as partes encetaram negociações para definir o seu relacionamento futuro, tendo sido assinado o acordo de comércio e cooperação (ACC) no final de 2020.

O ACC representa um equilíbrio aceitável entre as partes nas questões negociais mais delicadas, com a UE a afirmar ter celebrado um acordo sem precedentes no seu historial e o Reino Unido a declarar que o ACC permite a recuperação da soberania.

O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA – PRR E OS DESAFIOS DA EUROPA DO EURO – A SITUAÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA: ALGUNS TÓPICOS PARA UMA INTERVENÇÃO

João Costa Pinto, Banco de Portugal

Nota Biográfica

Licenciou-se em Economia pela Faculdade de Economia do Porto, em 1974.

Exerceu funções de docência como professor convidado no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e na Universidade Católica do Porto, onde foi membro do Conselho Consultivo.

Actividade Profissional

Em 1973 entrou para os quadros do Banco de Portugal onde exerceu os cargos de Técnico Assessor, Diretor de Departamento, Consultor da Administração, Administrador (1993-1994) e vice-governador (1994-1996). Entre 2014 e 2018 foi Presidente do Conselho de Auditoria do Banco de Portugal.

Foi Presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional Ultramarino (BNU) entre 1988 e 1992, Presidente do Conselho de Administração do Banco de Comércio e Indústria (BCI)-Grupo Santander entre 1996 e 2000 e Presidente do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo (CCCAM) entre 2002 e 2012.

Outras Actividades

Exerceu funções como Secretário Adjunto para a Economia e Finanças do Governo de Macau de 19 de Junho de 1981 a 28 de Novembro de 1984, tendo sido condecorado, na sequência do exercício destas funções, por S.E. o Presidente da República Portuguesa, com o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

Foi Vice-Presidente da Associação Empresarial de Portugal, Membro do Comité Monetário da Comunidade Europeia em Bruxelas (1993- 1996), Membro do Comité de Alternates do Comité de Governadores dos Bancos Centrais Europeus - Frankfurt (1993-1997), Consultor do Banco Mundial.

Actualmente é Presidente Não Executivo do Conselho de Administração do Banco Português de Gestão (BPG), Vice-Presidente do Conselho de Administração da Fundação Oriente, Membro Não Executivo do Conselho de Administração da FUTURO- Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Vogal da Direcção da CIP-Confederação Empresarial de Portugal.

Resumo

O choque pandémico que, a partir de 2020, se abateu sobre a Europa do euro veio acelerar problemas e desequilíbrios latentes desde a crise financeira de 2007/8.

Em particular, acentuou o já elevado nível de fragmentação estrutural resultante da existência de dois blocos distintos de economias com capacidades desiguais para responder ao choque pandémico – um bloco constituído pela Alemanha e pelas restantes economias excedentárias; o outro, pelas economias deficitárias/devedoras menos eficientes e menos competitivas.

Depois de alguma hesitação inicial, a Comissão Europeia lançou uma iniciativa que chamou – “*Next Generation EU*” – que conseguiu fazer aprovar pelos Países Membros, com o apoio directo da França e da Alemanha e que se propõe executar até 2027.

Como elemento central desta iniciativa a Comissão desenhou um programa a que chamou – “*Recovery and Resiliency Facility*” – dirigido tanto ao relançamento das economias atingidas pela pandemia, como à reorientação estratégica das economias europeias.

Uma avaliação destas iniciativas passa:

- por avaliar o montante global dos recursos a mobilizar no âmbito destes programas, à luz dos problemas e dos bloqueamentos que afectam as economias do euro;
- por ter presentes as grandes questões com que a Europa do euro e a EU estão confrontadas – entre as quais se destacam a arquitectura institucional, jurídico/regulamentar e operacional que suportam o euro e o modelo de *governance* da EU que “saiu” de Maastricht;
- por considerar o impacto do choque pandémico sobre o nível de fragmentação da Zona Euro e das suas implicações sobre as economias periféricas mais endividadas e menos eficientes.

Deste contexto resulta uma questão central – *O relançamento da actividade económica que o PRR se propõe impulsionar permitirá, só por si, ultrapassar os bloqueamentos com que a Europa do euro se debate?*

Em particular, as economias periféricas com estruturas produtivas pouco eficientes poderão retomar o caminho da convergência, sem uma reestruturação das suas dívidas?

Vai a Europa do euro ajustar as suas políticas orçamentais/fiscais de modo a assegurar uma adequada coordenação com a Política Monetária Única do BCE?

Vai implantar e institucionalizar mecanismos e operacionalizar instrumentos que lhe permitam reagir a choques sistémicos – em tempo útil – sem recorrer a soluções pontuais que dependem de difíceis e incertas negociações políticas? É possível esta institucionalização no quadro dos Tratados em vigor?

SEMINÁRIOS D ÓBIDOS '21

Tal como a acção do BCE durante a crise financeira, a iniciativa da Comissão Europeia com o PRR criou uma “janela temporal” para as decisões políticas que a complexa situação actual vai impor.

Na verdade, o PRR representa um esforço importante de um ponto de vista financeiro, mas permanecem por resolver questões cruciais para o futuro da Europa do euro. Para além disso, a iniciativa da Comissão reduziu a pressão sobre a Política Monetária Única – que até aqui prosseguia um “combate isolado” – alargando a margem de manobra do BCE para a “normalizar”.

Da Estratégia Global à Bússola Estratégica: a ambição do Ator Global europeu

Liliana Reis, IPRI-NOVA e UBI

Nota Biográfica

É professora auxiliar da Universidade da Beira Interior e directora da licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. É Doutorada em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade do Minho e investigadora do IPRI/Nova.

Resumo

Depois da apresentação da Estratégia Global da União Europeia em 2016 sentiu-se a necessidade de operacionalizar os objectivos da UE e transformar a sua ambição em capacidades reais. É, precisamente, neste contexto que as Presidências do Conselho da Alemanha, Portugal, Eslovénia e França lançam para o período de 2020-2022 o projeto da Bússola Estratégica. Esta iniciativa pretende não apenas reavaliar a Política Comum de Segurança e Defesa, como também dotá-la de instrumentos e capacidades que possibilitem uma maior solidez e flexibilidade às suas missões/operações.

Nos últimos anos, foram criados vários instrumentos para melhorar a cooperação europeia no domínio da defesa, como a Revisão Anual Coordenada da Defesa (CARD), a Cooperação Estruturada Permanente (PESCO) e o Fundo Europeu de Defesa (FED). A Bússola Estratégica instiga ao desenvolvimento de capacidades e parcerias para responder às atuais ameaças e desafios que se colocam à UE, no âmbito da PCSD e das suas prioridades estratégicas: resposta a conflitos e crises externas, apoio aos parceiros para proporcionar segurança à sua própria população e proteger a União e os seus cidadãos. O principal objectivo deste paper é, pois, avaliar o desenvolvimento da Bússola Estratégica no atual momento, aferindo os resultados do Diálogo estratégico em torno dos quatro pilares : gestão de crises, resiliência, desenvolvimento de capacidades e parcerias.

Palavras-Chave: Bússola Estratégica, PCSD, Capacidades, União Europeia

SEMINÁRIOS D ÓBIDOS '21